FRIGHETTO, Renan. *A antiguidade tardia: Roma e as monarquias romano-bárbaras numa época de transformações (Séculos II-VIII)*. Curitiba: Juruá, 2012, 226p.

Thiago David Stadler
Doutorando em História
Universidade Federal do Paraná

● **Enviado em: 25/08/2012**
● **Aprovado em: 27/11/2012**

Diferença de olhar. Foi assim que há tempos o historiador brasileiro Renan Frighetto[1] desenvolveu uma sólida produção intelectual em torno da temática "Antiguidade Tardia" [2]. Quem sabe é nesta obra que aqui apresentamos– "*Antiguidade Tardia: Roma e as Monarquias Romano-Bárbaras numa época de Transformações (séculos II – VIII)*" – que o autor expõe da maneira mais límpida suas concepções e o justo olhar diferenciado acerca do período anteriormente citado. Tal percepção baseia-se nas palavras do próprio autor – "Para chegarmos nesse instante, o da redação deste livro, foram necessários 25 anos de preparação e aprimoramento (...)"[3] -, mas também através da exposição de seus argumentos que rejuvenescem velhas concepções do plantel histórico. A importância dessa renovação do pensamento proposta pelo autor vai ao encontro das reflexões atuais sobre o próprio *fazer história*, pois demonstra a vivacidade dos estudos históricos e a incoerência de um quase axioma que anuncia a impotência de se trabalhar com o passado remoto. Foi no Prefácio da obra que Renan Frighetto encontrou espaço para conversar com seus leitores sobre estes problemas metodológicos trazendo, por exemplo, distinções entre o historiador visto como "estudioso do passado" e "estudioso que analisa e interpreta o passado"; a ilusão do conhecimento total; a necessidade de especialização do historiador que almeja a erudição e, talvez, a contribuição mais pontual: o interesse e os estudos sobre Antiguidade Tardia em terras brasileiras.

---

1 Doutor em História Antiga (Universidad de Salamanca, 1996); Mestre em História Antiga e Medieval (UFRJ, 1990); graduado em História (UGF, 1984); Professor Associado de História Antiga e Medieval do Departamento de História da UFPR (desde 1997) e Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em História da UFPR, desenvolve suas atividades de pesquisa junto ao Núcleo de Estudos Mediterrânicos (NEMED) da UFPR.

2 Dentre outras produções: Cultura e Poder na Antigüidade Tardia Ocidental. 1. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2000. v. 1. 154p; Valério do Bierzo. Autobiografia. 1. ed. Noia - La Coruña: Editorial Toxosoutos, 2006. v. 1. 146p; Religião e política na Antiguidade Tardia: os godos entre o arianismo e o paganismo no século IV. Revista de História (UFES), v. 25, p. 114-130, 2011.

3 FRIGHETTO, Renan. *A antiguidade tardia: Roma e as monarquias romano-bárbaras numa época de transformações (Séculos II-VIII)*. Curitiba: Juruá, 2012, p.14.

Poderíamos conduzir o restante de nossa resenha com a exposição acerca da forma do livro, seus capítulos, etc., mas esta tarefa o autor resume em linhas gerais em sua Apresentação: "O livro está dividido em 08 partes assim dispostas: 01 capítulo introdutório, 04 capítulos que tratam do tema proposto de forma cronológica, 01 capítulo de conclusões parciais, 01 índice onomástico e 01 glossário"[4]. Logo, pretendemos expor os principais pontos da obra "Antiguidade Tardia: Roma e as Monarquias Romano-Bárbaras numa época de Transformações (séculos II – VIII)" por outro viés: através da acuidade conceitual com que Renan Frighetto trata sua temática. Essa opção surge a partir da consciente, pois perceptível, aliança entre o profundo conhecimento contextual do período e o rigor conceitual apresentado pelo autor.

Num primeiro momento poderíamos pensar que o estudo proposto pelo autor visaria apenas o conceito de "Antiguidade Tardia" – forjado, como dito no livro, no século XX pelo arqueólogo alemão Aleis Riegl e o filólogo de mesma origem Johannes Straub -, mas estaríamos ignorando, pela superficialidade, a pluralidade de conceitos trabalhados pelo autor. Que a Antiguidade Tardia é o *pote de ouro* visado no livro, sem dúvida, mas não podemos ignorar a beleza de todo o caminho construído a sete cores que nos leva até ele. Partindo dessa rápida analogia apresentamos sete pares de conceitos que em nosso entendimento sustentam a construção do conceito-chave – Antiguidade Tardia. São eles: 1) *ruptura e decadência*; 2) *adoção e hereditariedade;* 3) *primus inter pares e escolhidos por Deus*; 4) *espaço citadino e espaço rural;* 5) *cidadão e súdito;* 6) *império e reino*; 7) *unidade e identidade*. No texto que se segue tais noções aparecem ora ligadas ao centro romano ora voltadas às particularidades das monarquias romano-bárbaras – traço de toda a obra aqui apresentada.

A primeira díade guia as seguintes e inaugura a discussão proposta pelo autor: as transformações que notamos nos âmbitos social e político a partir do século II d.C no Império Romano são *rupturas* ou *decadência* das instituições, modelos, espaços, etc? É provável que tal questionamento já fosse responsável por inquietações das mais variadas, pois não seria, justamente, o século II d.C o aclamado *período de ouro*? Período de Trajano e sua máxima expansão territorial; Adriano e sua admiração pelos estudos gregos; época de apologistas e reformas públicas, além, é claro, de um dos nomes mais lembrados pelos interessados em História Antiga, Marco Aurélio. Contudo, o mesmo período apresenta fraquezas na sustentação do poder, mudanças na forma de escolha do soberano, grupos políticos diferenciados, etc., que direcionam o autor ao caminho das *rupturas.* Habituados pelo mau hábito de pensarmos as *transformações* envoltas na neblina composta pelos simples elementos da "melhoria ou decadência", o autor expõe seus argumentos de

[4] FRIGHETTO, Renan. *A antiguidade tardia: Roma e as monarquias romano-bárbaras numa época de transformações (Séculos II-VIII)*. Curitiba: Juruá, 2012, p.11.

forma que as nuanças de um século II d.C sejam compreendidas como elementos fundamentais da posterior desestruturação política romana dos séculos IV-V d.C.

Dessa maneira, o autor estruturou tais questões em seu Capítulo 1 – *"Os antecedentes: o principado e os primeiros sinais de crise político-institucional no mundo romano*" -, refletindo sobre os governos de Trajano, Adriano, Antonino Pio, Marco Aurélio e Cômodo. Nesse exercício de reflexão sobre os princípios de transformações notamos o segundo grupo conceitual – *adoção e hereditariedade* – que atua conjuntamente com o terceiro grupo - *primus inter pares e escolhidos por Deus*. As quatro noções aplicam-se na seleção/legitimação do soberano, ou seja, ora o juízo trabalha com a escolha por consenso, forçada ou não, ora com a possibilidade de uma linhagem de poder graças aos laços hereditários. Pensar estas transformações – Trajano é o símbolo da pura *adoção*, enquanto Marco Aurélio rompe com a tradição ao adotar seu filho, Cômodo – como decadência política é um possível olhar, mas abre-se o leque para reinterpretar um possível infortúnio como um bem, cuja utilidade talvez torne-se visível depois. O mesmo acontece com a forma de legitimação do soberano: um legitimado por ser o melhor dentre os homens, adornado com as melhores virtudes e aclamado por legiões e senado, outro, porventura, escolhido como símbolo divino. E aqui, cabem algumas preocupações que o autor apresenta em sua obra: o poder legitimado pelo divino não é novidade no século II d.C, mas o domínio que o cristianismo exerce nos séculos posteriores leva a legitimação para o campo do divino Uno – o Deus dos cristãos. Outro ponto de transformação, não decadência, mas *ruptura*.

Quando nos deparamos com o Capítulo 2 – *"A crise do sistema polis/civitas: a regionalização e a fragmentação do poder político imperial no século III*" – outros são os conceitos que Frighetto trabalha na tentativa de nos apresentar sua concepção de Antiguidade Tardia. Novamente, o autor começa com orientações e reordenações sobre o senso comum cristalizado quando se fala do século III d.C. Assim como o século II d.C ganha contornos de ouro o século posterior é cunhado em latão. Lê-se habitualmente que é no século III que a crise política, social, econômica instaura-se no Império Romano. Vemos com o autor que "surge o conceito de crise sendo este, geralmente, associado unicamente à ideia de quebra, de ruptura ou decadência de algo que anteriormente fora perfeito e foi substituído pelo imperfeito"[5]. Percebemos, dessa forma, que o capítulo 1 ganha importância ao desmistificar o século de ouro (II d.C) e, por conseguinte, o capítulo 2 apresenta novos argumentos que reinterpretam o século III não como imperfeito decadente. Tal tarefa é cumprida com a apresentação dos feitos e propostas da dinastia dos Severos (de Septimo Severo a Alexandre Severo) e elucidações acerca da "Anarquia Militar" (de Maximino

[5] FRIGHETTO, Renan. *A antiguidade tardia: Roma e as monarquias romano-bárbaras numa época de transformações (Séculos II-VIII)*. Curitiba: Juruá, 2012, p.55.

a Diocleciano). Aqui é a vez da quarta díade conceitual – *espaço citadino e espaço rural* – ser apresentada e compreendida

Renan Frighetto propõe que o esvaziamento político, econômico e cultural das cidades mediterrânicas e o posterior crescimento das *villas* representam real mudança no tocante à detenção do poder. Aqui não se fala do soberano em específico, mas dos grupos que alimentam o poder imperial romano. Do papel relegado ao ócio produtivo, como encontramos em diversos autores do século II d.C, como por exemplo, nas epístolas plinianas, o ambiente rural passa a ter também destaque político a partir do século III – regionalização do poder e valorização de outros segmentos sociais – "as *villas* serão cada vez mais embelezadas por seus proprietários, elementos senatoriais interessados em fazer de suas propriedades rurais, reproduções fiéis do estilo de vida citadino"[6]. Se no primeiro momento apresentamos as *rupturas* em torno da figura do líder, agora, guiados pelo autor, mostramos que as transformações sentidas entre os séculos II – VIII também atingem o todo social. Talvez esta seja uma das intenções do autor: demonstrar a riqueza de fontes e a complexidade das redes formadas entre os ambitos político, social, econômico, cultural que formam um conjunto vivo de interações. Da adoção tida como legítima para a forma hereditária de escolha; da legitimação do soberano pelas virtudes e por ser o primeiro entre os pares para o imperativo divino; do orgulho citadino para o brilhantismo provincial – principalmente fronteiriço.

À medida que andamos pelos caminhos que Renan Frighetto constrói em seu livro percebemos que os dois primeiros capítulos servem como preparativos necessários à compreensão dos próximos passos. Tal percepção se apoia no conteúdo do Capítulo 3 onde o autor caracteriza a renovada instituição política romana como *Império Romano tardio*. Aqui cabe uma observação referente ao todo da produção intelectual de Frighetto: a díade *tradição/renovação* é muito cara ao autor. Desprezar essa informação não é aconselhável, pois ela traduz muito do posicionamento tomado na obra em questão. Por exemplo: no terceiro capítulo – "*A Renouatio Imperii: diarquia, tetrarquia e a nova configuração do Império Romano Tardio*" – o autor pensa as transformações do último terço do século III e o alvorecer do século IV neste movimento dialético: a construção ideológica do período possui cores do passado glorioso (*tradição*), mas apresenta novos tons dominantes (*renovação*). Nas palavras do autor: "Encontramos, entre o final do século III e o século VI, diversas renovações do passado imperial romano, travestindo-o com o manto de "novas" interpretações políticas e ideológicas"[7]. Assim, avante no caminho da Antiguidade Tardia, Frighetto expõe as propostas de Diocleciano, por exemplo, no tocante às sucessões imperiais – tetrarquia -, à

[6] FRIGHETTO, Renan. *A antiguidade tardia: Roma e as monarquias romano-bárbaras numa época de transformações (Séculos II-VIII)*. Curitiba: Juruá, 2012, p.56.

[7] FRIGHETTO, Renan. *A antiguidade tardia: Roma e as monarquias romano-bárbaras numa época de transformações (Séculos II-VIII)*. Curitiba: Juruá, 2012, p.93.

condição sagrada dos soberanos, assim como, a projeção político-ideológica do cristianismo no período de Constantino.

Faltam-nos ainda três pares de conceitos e um capítulo para encerrar a exposição desta obra. A relação *cidadão/súdito* é intimamente ligada a de *império/reino*, visto que denotam uma alternância de estatuto institucional e político. Ao pensar as transformações contidas no recorte temporal aqui analisado (séc. II – VIII) Frighetto retoma as origens do termo cidadão e as implicações políticas no período do principado, além de apontar para o famoso edito promulgado em 212, pelo então soberano Caracala, que concedia cidadania a todos os homens e mulheres livres do território romano. Novamente as *rupturas* político-sociais destes primeiros séculos da Era cristã dão conta de alterar a essência de tais concepções, "o cidadão romano dava lugar ao súdito romano que venerava o imperador como chefe militar vitorioso e escolhido pela vontade dos deuses para exercer o seu poder sobre todo o orbe romano"[8]. Todo este complexo conceitual e contextual que nos é apresentado ganha, como acréscimo final, não menos importante, mas decisivo, a inserção do elemento bárbaro na constituição do todo social, político, econômico. Entre os séculos III e V a presença das tribos bárbaras nas regiões limítrofes romanas possibilitaram a formação duma "intensa interação cultural". Com essa temática o autor desenvolve seu quarto capítulo – "*Da barbárie à civilização: os bárbaros e a sua integração no mundo imperial romano (séculos IV-VIII)*" – refletindo sobre os Godos no Oriente e Ocidente Romano, o Reino Visigodo, a Renovação Imperial de Justiniano, os Francos nos séculos VII e VIII, dentre tantos outros pontos.

Tal integração dos bárbaros ao mundo imperial romano teria como aglutinador a relação com o cristianismo. Essa aliança não se limitava ao campo religioso, mas influenciava toda a construção político-ideológica. Ao abordar essa temática Frighetto expõe as transformações que a perspectiva cristã trouxe no entendimento de *império/reino:* até o século II o Império era pautado no poder militar temporário; a partir do século III o Império exercido pelo príncipe terá conotação militar e sagrada – perspectivas pagãs e cristãs. Todavia, com a influência cristã e neoplatônica a noção de Reino, antes deplorável, passa a ser bem vista – autoridade dada por Deus em um espaço hegemônico. Nessa linha, a última díade conceitual – *unidade e identidade* – é entendida como a tentativa de forjar uma identidade coletiva entre reinos bárbaros e a civilização greco-romana. Justamente o cristianismo apresentava-se como a inequívoca vinculação à civilização e, consequentemente, dotada de unidade.

De Trajano à Cômodo; de Septimio Severo a Diocleciano; dos Godos aos Francos; do principado aos reinos; da barbárie à civilização. Um livro que pede atenção ao leitor, mas dispensa abstrações tolas. Retomando a analogia inicial vemos que o caminho pode ser tão precioso quanto o

[8] FRIGHETTO, Renan. *A antiguidade tardia: Roma e as monarquias romano-bárbaras numa época de transformações (Séculos II-VIII)*. Curitiba: Juruá, 2012, p.180.

pote de ouro apresentado nesta obra. Diferente da lenda, aqui o *pote* existe: a Antiguidade Tardia é uma "nova antiguidade sob o ponto de vista político e institucional"[9].



[9] FRIGHETTO, Renan. *A antiguidade tardia: Roma e as monarquias romano-bárbaras numa época de transformações (Séculos II-VIII)*. Curitiba: Juruá, 2012, p.179.